

**Editorial**

## **Formação, trabalho e capacitação**

Por Carlos Vogt  
10/05/2013

Pelos dados divulgados pela Confederação Nacional da Indústria (**CNI**), no *Mapa do trabalho no Brasil* edição de 2012, o Brasil, segundo o estudo, terá de formar 7.2 milhões de trabalhadores com qualificação média e em nível técnico para exercerem profissões industriais até 2015, num espectro de 177 ocupações que abrange de cozinheiros industriais e padeiros a supervisores de produção de indústrias químicas e petroquímicas. Dessa demanda o Sudeste concentra 4.13 milhões e São Paulo, 2.53 milhões correspondentes a 35.4% de todo o país.

Ainda segundo o estudo, o Senai oferece a cada ano 2.5 milhões de vagas, sendo a maioria delas para cursos de aprendizagem industrial, aperfeiçoamento profissional, qualificação profissional e cursos técnicos de nível médio, o que faria com que, desse modo, como também afirma o estudo da CNI, o país teria capacidade para preparar os trabalhadores e, assim, transformar em oportunidade essa demanda de emprego para pessoas devidamente qualificadas.

Posto desse modo, o desafio é grande, mas a resposta é pronta. Entretanto, como é comum nesses casos de complexidade e vulto sociais importantes, tanto o problema como a solução são mais nuançados e feitos de outras qualidades e quantidades que vão se manifestando sob o prisma de outros enfoques e de outros pontos de vista.

Um desses enfoques é o que traz um artigo de Otaviano Canuto, vice-presidente do Banco Mundial para combate à pobreza, em coautoria com o professor Pierre-Richard Agenor, da Universidade de Manchester, que foi motivo e tema da **entrevista** do primeiro ao jornalista Marcos Coronato, na revista *Época* de 30/01/2013, com o sugestivo título, tirado de uma das respostas, "Há uma armadilha no caminho do Brasil".

O foco do estudo e da entrevista é a importância para o país da educação de qualidade e da estrutura avançada das telecomunicações, além da infraestrutura de transportes e energia, para que consiga dar o salto da situação econômica de média renda, em que se encontra, para a de renda alta que almeja alcançar.

Segundo o Banco Mundial, conforme referido na entrevista, há sete casos de países que efetivamente fizeram com solidez essa passagem: Japão, Coreia do Sul, Cingapura, Israel, Ilhas Maurício e Hong Kong e Taiwan tratados pelo Banco Mundial como parte da China.

À pergunta "Como funciona o segundo salto, da média renda para a alta renda?", Canuto responde enfatizando o papel da educação de alto nível e de alcance superior:

"O que caracteriza aqueles sete casos (...) que servem de exemplo? Em todos eles, a partir de certo momento, foi esgotado o filão da simples transferência de gente (entre setores e do campo para a cidade). Esses países foram para outro estágio em que a mão de obra precisa ser muito educada. Mas não basta fazer o esforço educacional

se não houver um escoadouro da mão de obra para atividades de maior conteúdo tecnológico.

Houve a criação local da capacidade de gestão, de organização de processos de produção, em setores com alto valor de mercado na economia mundial. A transição da média renda para a renda alta acontece quando uma parcela crescente da população é ocupada com atividades no alto da escala de sofisticação tecnológica. Elas exigem manejo de tecnologia, a adaptação, a inovação em processos e produtos. No Brasil, você tem altas capacidades tecnológicas e gerenciais, como você encontra na Embraer, na Petrobrás, na agricultura. Mas a proporção dessas atividades não é alta o suficiente para puxar para cima a renda média do país”.

O desafio agora já não tem resposta pronta, nem o problema traz, em si, a solução embutida.

O Brasil, segundo dados do MEC/Inep, no Censo do Ensino Superior – 2010, mais do que dobrou, em dez anos, o número de matrículas nesse nível de ensino, passando de 3.036.113 para 6.379.299, no período de 2001 a 2010, mantendo a concentração de maior volume no bacharelado, cuja variação foi de 2.036.724 a 4.226.717.

Do ponto de vista da distribuição das matrículas por categoria administrativa das instituições, verifica-se um crescimento, em termos absolutos, nas escolas públicas que vai de 944.584 a 1.643.298, enquanto que no sistema privado este número aumenta de 2.091.529 para 4.736.001.

Em termos relativos, mostra-se, contudo, que, em relação ao crescimento total das matrículas – de 3.036.113 para 6.379.299 –, estas diminuíram, quando se trata de escolas públicas e aumentaram nas escolas privadas: a variação, em termos percentuais, no primeiro caso, é de 31,1% para 25,8%, e de 68,9% e, no segundo caso, para 74,2%, no período considerado.

De qualquer modo no cômputo geral o país concede muito mais diplomas de nível superior do que o fazia há uma década atrás.

Estamos, então, no caminho certo?

Certo por um lado, errado, por outro! Quer dizer, certo na quantidade, ao ampliar-se a oferta de oportunidades para o acesso da população em idade universitária às instituições de ensino superior, aumentando, assim, os índices de mobilidade social da classe média emergente para padrões de consumo antes inacessíveis; errado, ainda, por não se enfrentar o fato de que esse processo educacional, embora contribuindo fortemente para o alargamento das chances de inclusão no universo da renda média, tende a estabilizar o desenvolvimento do país nesse patamar de desenvolvimento, sem que se dê o salto necessário que a educação superior de qualidade é capaz de oferecer como condição necessária à transformação dessa medianidade em expressão de destaque no cenário internacional.

Já do ponto de vista quantitativo, mesmo com o aumento de oportunidades para o ingresso no ensino superior, os dados revelam uma enorme defasagem de concluintes entre os níveis de ensino no país.

Assim, segundo o MEC/Inep, 1.9 milhões de pessoas concluíram o ensino médio em 2005, o que equivale a 28,8% dos 6.6 milhões de alunos que ingressaram na 1ª.

série do ensino fundamental em 1995. Quanto ao nível superior, apenas 870 mil o concluíram em 2011, equivalendo a 13,1% dos 6.6 milhões de alunos que ingressaram na 1ª. série do ensino fundamental em 1995.

A perda, que já é numericamente grande, é agravada pela qualidade do ensino ofertado àqueles que nele conseguem permanecer ao longo de todos os níveis do processo de formação educacional.

A verdade é que se formam poucos e, menos do que formar, são outorgados muitos diplomas cuja eficácia para a vida profissional, dada a baixa qualidade dos cursos, é praticamente nula, a não ser para confirmar e aumentar a faixa da população que mantém o país na situação de média renda, o que é, sem dúvida, uma conquista, longe, contudo, de ser ainda uma vitória.

No caso da CNI, acima referido, é feita uma menção explícita à “escassez de profissionais qualificados” e dentre estes de professores de física, química e matemática, aos quais poder-se-ia acrescentar também os de biologia.

De fato, quando não faltam professores com formação adequada nas áreas de ciências, faltam professores formados com competência para ministrar as aulas capazes de despertar nos alunos o interesse e a curiosidade que o conhecimento científico desperta em todos os que dele se aproximam. Isso sem falar na enorme e fundamental deficiência em língua portuguesa e na conseqüente capacidade de formulação e expressão de um pensamento concatenado em frases, períodos e textos, com coerência lógica e expositiva.

Há, da parte da educação, uma tarefa transformadora a ser feita se se quiser não apenas responder às demandas do mercado de trabalho para manutenção do *status quo* de suas exigências, mas produzir nele, pelos programas de ensino e aprendizagem, uma verdadeira mudança de qualidade nos padrões de formação do profissional capaz de descortinar, pioneiro, os cenários virtuais do ingresso do país na situação real de país desenvolvido.